

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 07/2026-SEMAD+

Torna-se público que a **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO** realizará licitação para REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento MAIOR DESCONTO POR ITEM, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Federal 8.538, de 6 de outubro de 2006, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, da Lei Complementar Municipal nº 190, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

ÓRGÃOS INTERESSADOS:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DATA E HORA DE INICIO DAS PROPOSTAS:	24/06/2026 Às 09h00min.
DATA E HORA LIMITE PARA ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO:	03/07/2026 Às 23h59min.
DATA E HORA FINAL DAS PROPOSTAS:	08/07/2026 Às 08h59min.
DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS – SESSÃO PÚBLICA:	08/07/2026 Às 09h00min.
LOCAL:	https://www.portaldecompraspublicas.com.br/
MODO DE DISPUTA	ABERTO

1. DO OBJETO:

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha mais vantajosa para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviço de gestão de abastecimento de combustíveis (gasolina comum, óleo diesel S10, óleo diesel S500 e ARLA 32), através de rede de postos credenciados, por intermédio de sistema informatizado e integrado, com utilização de cartão eletrônico/magnético, para atender à frota de veículos das Secretarias Municipais do Município de Mossoró/RN, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

1.2. A licitação será realizada em único item.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

1.3 Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no site <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>, e as especificações técnicas constantes no Termo de Referência o licitante deverá obedecer a este.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DO CREDENCIAMENTO:

3.1. O Credenciamento é o nível básico do Registro Cadastral no Portal de Compras Públicas, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória PREGÃO, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras Públicas, no sítio <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluídos a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.6. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO:

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, os que estejam com Credenciamento regular no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

4.1.1. **Quando aplicável, será assegurada prioridade de contratação de ME ou EPP local melhor classificada, nos termos do art. 48, § 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e da Lei Complementar municipal nº 190/2023, dentro da margem de 10% do melhor preço válido, observados requisitos.**

4.1.2. Quando cabível, será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

4.2. Não poderão disputar esta licitação:

4.2.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.2.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.2.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.2.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.2.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.2.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.2.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

4.2.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

4.2.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.3. O impedimento de que trata o item 4.2.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA:

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição, acompanhada da certidão de infrações trabalhistas emitida pelo ministério do trabalho.

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

- 5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3 ou 5.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 5.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 5.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
 - 5.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 5.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 5.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto; e
 - 5.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 5.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Desconto e o valor total para cada item ou lote de itens (conforme o caso), em moeda corrente nacional;

6.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

- 6.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (NOVENTA) DIAS**, a contar da data de sua apresentação.
- 6.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;
- 6.7.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 6.7.2.
- 6.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado ou Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário de cada item.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

- 7.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,05 % entre os lances**.
- 7.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.12. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 7.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente **após decorridas vinte e quatro horas** da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.19.5. A ME ou EPP local, melhor classificada dentro da margem de 10%, será convocada para apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação.

7.19.5.1. No caso das microempresas e empresas de pequeno porte **sediadas no município de Mossoró** que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

da melhor proposta ou melhor lance, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.19.5.2. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.19.5.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte LOCAL melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de **10% (dez por cento)**, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19.5.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

7.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.20.2.2. empresas brasileiras;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

7.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.21.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

7.21.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.21.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.21.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.21.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.21.6. Caso o Termo de Referência exija, poderá ser necessário o envio do **catálogo ou prospecto** do produto ofertado, juntamente com a proposta de preços.

7.21.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO:

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4.2 do edital, especialmente quanto

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 8.1.1. SICAF, se for o caso;
- 8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 4.1.2 e 5.5 deste edital.

8.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 8.6.1. conter vícios insanáveis;
- 8.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 8.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 8.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

8.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutabilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.7.1. A inexecutabilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

8.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.8. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a executabilidade da proposta, através de notas fiscais, ordens de serviços, empenhos, cópia do contrato, e outros documentos comprobatórios.

8.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de **amostra**, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

8.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.16. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO:

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original por cópia.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. Para fins de habilitação neste pregão, o licitante deverá enviar os seguintes documentos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando o procedimento disposto neste Edital:

9.10.1. Habilitação jurídica:

9.10.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.10.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.10.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.10.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

- 9.10.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 9.10.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.10.1.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 9.10.2. **Habilitação fiscal, social e trabalhista**
- 9.10.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.10.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.10.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.10.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.10.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.10.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.10.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual e Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

9.10.2.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.10.3. **Qualificação Econômico-Financeira**

9.10.3.1. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.10.3.2. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.10.3.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando:

a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

b) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

c) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

d) Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.10.3.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

9.10.3.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.10.4. **Qualificação Técnica**

9.10.5. Apresentar, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando execução satisfatória de serviços compatíveis com o objeto da contratação.

9.10.5.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

9.10.5.2. A empresa deverá apresentar relatório contendo relação dos estabelecimentos (postos de abastecimento e serviços) credenciados, classificados por:

9.10.5.2.1. razão social;

9.10.5.2.2. nome fantasia;

9.10.5.2.3. endereço;

9.10.5.2.4. CNPJ;

9.10.5.2.5. telefone.

9.10.6. A empresa deverá apresentar declaração de disponibilidade de rede credenciada mínima exigida neste Termo de Referência, abrangendo todas as localidades e quantitativos citadas no Anexo I do Termo de Referência, ou termo de compromisso de expansão de sua rede credenciada até o início da prestação dos serviços, sob pena de rescisão do contrato e adjudicação à empresa subsequente melhor classificada.

9.10.7. A empresa licitante deverá comprovar que dispõe de sistema operacional compatível com acesso web e emissão de relatórios gerenciais.

9.10.8. A empresa deverá apresentar declaração de que os preços praticados na rede credenciada observarão os preços de bomba para pagamento à vista

9.10.9. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.10.10. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.10.10.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.10.10.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.10.10.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.10.10.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.10.10.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.10.10.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

9.10.10.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

9.11. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos de habilitação mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

9.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.13. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, **no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

9.13.1. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

9.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
e

9.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.15. No caso de diligência, o envio dos documentos para habilitação deverá observar o prazo disposto no item 9.13.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. O Agente de Contratação poderá solicitar a apresentação de documentos que comprovem condições preexistentes à data de abertura da sessão pública, desde que sua ausência decorra de erro material, equívoco ou falha na juntada pelo licitante, conforme entendimento da Advocacia-Geral da União, expresso no Parecer nº 00002/2025/CNLCA/CGU/AGU. A diligência não poderá ser utilizada para a inclusão de documentos com data posterior à abertura do certame. A complementação documental deverá ser realizada em um prazo mínimo de 02 (duas) horas e máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sendo o prazo exato determinado conforme análise do Agente de Contratação.

9.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.

9.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

9.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

9.21. A licitante deverá, sob pena de inabilitação, apresentar declaração detalhando os equipamentos, maquinários, veículos e corpo técnico disponíveis para a execução do objeto licitado.

9.22. Antes de declarar o licitante habilitado, a comissão ou pessoa designada, poderá realizar diligências à sede da licitante para verificar, quando for o caso, a disponibilidade e adequação dos equipamentos, maquinários, veículos, corpo técnico e infraestrutura necessária à execução do objeto licitado.

9.22.1 A não permissão da visita ou a constatação de inconformidades com o objeto licitado, ensejará a inabilitação da licitante.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

11.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

11.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

11.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

11.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 41 a 43 da Lei Municipal 190 de 2023.

11.3.3. convocados para compor o cadastro de reserva, os licitantes deverão manifestar aceite e apresentar a documentação eventualmente exigida no prazo mínimo de 02 (duas) horas e máximo de 24 (vinte e quatro) horas, conforme prazo fixado pela Administração no momento da convocação, contado do envio da comunicação oficial pelo sistema eletrônico.

11.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

11.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

11.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no endereço constante neste Edital

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

13.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

13.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

13.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

13.1.5. fraudar a licitação

13.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

13.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

13.1.9. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.1.10. advertência;

13.1.11. multa;

13.1.12. impedimento de licitar e contratar e

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

13.1.13. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 13.2.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 13.2.2. as peculiaridades do caso concreto
- 13.2.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 13.2.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 13.2.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.3. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

13.3.1. Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

13.3.2. Para as infrações previstas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

13.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.6. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.7. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

13.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

13.9. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.13. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3. A IMPUGNAÇÃO poderá ser realizada EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA, no site www.portaldecompraspublicas.com.br.

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

14.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, e também poderão ser lidos e/ou obtidos na Sala da Diretoria de Licitação, no Endereço Rua Idalino de Oliveira nº 106, Centro, Mossoró/RN, 1º andar, nos dias úteis, no horário das 07:30 às 13:30.

15.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS.

ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO

SERVIDOR RESPONSÁVEL PELA CONFEÇÃO DAS MINUTAS DE
EDITAL, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATO

KARINE COSTA BASÍLIO DE SOUZA
Gerente Executiva de Planejamento e Contratação
Matrícula nº 51230304

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de gestão de abastecimento de combustíveis (gasolina comum, óleo diesel S10, óleo diesel S500 e ARLA 32), através de rede de postos credenciados, por intermédio de sistema informatizado e integrado, com utilização de cartão eletrônico/magnético, para atender à frota de veículos das Secretarias Municipais do Município de Mossoró/RN, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

1.2. A contratação compreenderá o gerenciamento, controle e intermediação do abastecimento da frota municipal, incluindo disponibilização de sistema informatizado de gerenciamento, fornecimento de cartões eletrônicos individuais, disponibilização de rede credenciada de postos, emissão de relatórios gerenciais, controle operacional e financeiro do abastecimento, bem como mecanismos de rastreabilidade e segurança das transações.

1.3. As especificações detalhadas, quantitativos estimados e demais características do objeto constam nos anexos deste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação visa garantir o abastecimento contínuo da frota oficial das Secretarias Municipais de Mossoró/RN, assegurando condições adequadas para a execução regular das atividades administrativas, operacionais, institucionais e essenciais desenvolvidas pela Administração Pública Municipal.

2.2. A definição dos quantitativos estimados para a presente contratação decorre de levantamento realizado junto às Unidades Gestoras do Município pela Diretoria Executiva de Administração e Gestão Patrimonial, considerando o histórico de consumo de combustíveis da frota municipal no exercício de 2025, bem como a estimativa de ampliação das demandas operacionais das Secretarias Municipais durante a vigência contratual.

2.3. Com base nos estudos realizados, estima-se a necessidade anual aproximada de: 464.571,30 litros de gasolina comum, 785.298,69 litros de óleo diesel S10, 294.131,50 litros de óleo diesel S500 e 16.837,50 litros de ARLA 32, conforme detalhamento nas planilhas anexas a este Termo de Referência.

2.4. Os quantitativos previstos possuem natureza estimativa, não gerando obrigação de consumo mínimo pela Administração, podendo ocorrer variações conforme as necessidades efetivas das Secretarias Municipais durante a execução contratual.

2.5. A utilização de sistema informatizado de gerenciamento de abastecimento, mediante cartões eletrônicos e rede credenciada de postos, proporciona maior eficiência administrativa, controle operacional, economicidade, transparência e segurança na gestão dos recursos públicos destinados ao consumo de combustíveis.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

2.6. A solução permitirá o controle individualizado dos abastecimentos por veículo, máquina ou equipamento, possibilitando rastreabilidade das transações, monitoramento em tempo real, emissão de relatórios gerenciais, acompanhamento de consumo, controle de quilometragem, identificação de condutores, além de contribuir para a redução de fraudes, desperdícios e inconsistências operacionais.

2.7. A contratação também proporcionará maior flexibilidade operacional às Secretarias Municipais, mediante utilização de ampla rede credenciada de postos de abastecimento, garantindo atendimento adequado às demandas da frota municipal, composta por veículos leves, veículos pesados, máquinas e equipamentos utilizados pela Administração Pública Municipal.

2.8. Estima-se, ainda, a necessidade de fornecimento de cartões eletrônicos individuais para os veículos integrantes da frota municipal, bem como cartões reservas destinados à substituição em casos de perda, roubo, furto, dano ou extravio, permitindo a continuidade dos abastecimentos sem prejuízo à execução das atividades administrativas e operacionais.

2.9. Os cartões deverão ser gerenciados pelas Secretarias Municipais mediante sistema disponibilizado pela Contratada, contemplando funcionalidades como inclusão e exclusão de veículos, parametrização de limites, atribuição de senhas, bloqueio e desbloqueio de cartões, emissão de relatórios e demais mecanismos de controle operacional.

2.10. A utilização do modelo de gerenciamento por cartão eletrônico/magnético elimina a necessidade de armazenamento próprio de combustíveis pelo Município, reduzindo custos operacionais e administrativos, minimizando riscos relacionados ao armazenamento e manuseio de materiais inflamáveis, bem como reduzindo potenciais impactos e responsabilidades ambientais.

2.11. A presente contratação possui como objeto principal a prestação de serviço especializado de gerenciamento e intermediação do abastecimento da frota municipal, não se caracterizando como simples aquisição direta de combustíveis, razão pela qual a especificação dos combustíveis atualmente previstos possui caráter exemplificativo e não taxativo, podendo a Administração incluir outros combustíveis compatíveis com a natureza da contratação, desde que necessários ao atendimento das demandas operacionais do Município.

2.12. A contratação pretendida encontra-se alinhada aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento, controle e transparência administrativa previstos na Lei nº 14.133/2021, visando assegurar a continuidade dos serviços públicos prestados à população do Município de Mossoró/RN.

3. CLASSIFICAÇÃO DO SERVIÇO

3.1. Trata-se de serviço comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

3.2. O serviço possui natureza continuada, considerando que o abastecimento da frota municipal constitui necessidade permanente e indispensável à continuidade das atividades administrativas e

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

operacionais da Administração Pública.

3.3. A execução ocorrerá de forma parcelada e sob demanda, conforme necessidade das Secretarias Municipais.

4. FORMA DE CONTRATAÇÃO

4.1. O fornecedor será selecionado por meio de procedimento licitatório na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, mediante Sistema de Registro de Preços.

4.2. O critério de julgamento será o MAIOR DESCONTO sobre o valor estimado da contratação.

4.2.1. O critério de julgamento será o maior percentual de desconto incidente sobre o valor estimado da contratação, sendo que o percentual vencedor será aplicado aos valores dos abastecimentos efetivamente realizados durante a execução contratual, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.3. A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se pela impossibilidade de definição precisa do consumo mensal de combustíveis, considerando a natureza variável das demandas operacionais das Secretarias Municipais.

4.3.1. Ademais, a adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada em razão da natureza continuada da demanda de abastecimento da frota municipal, da execução parcelada e sob demanda dos serviços ao longo da vigência contratual e do atendimento simultâneo às diversas Secretarias Municipais. Embora tenham sido elaboradas estimativas de consumo com base no histórico de utilização da frota, os quantitativos efetivamente demandados poderão variar em função das necessidades operacionais de cada órgão, da ampliação ou redução da frota, da execução de ações governamentais e de demandas supervenientes da Administração, enquadrando-se a presente contratação nas hipóteses previstas nos incisos I, II, III e V do art. 3º do Decreto Federal nº 11.462/2023.

4.4. A contratação será realizada em ITEM ÚNICO, considerando a necessidade de integração operacional da solução de gerenciamento.

4.5. A divisão do objeto em itens distintos comprometeria a eficiência da gestão contratual, a integração do sistema e o controle operacional da frota.

4.6. Participação de consórcios: Não será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio, considerando a natureza do objeto, a necessidade de integração operacional da solução, a centralização da gestão do sistema informatizado de abastecimento e a inexistência de prejuízo à competitividade do certame.

4.7. Subcontratação: Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, sob pena de descaracterização da própria contratação.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

4.7.1. Não será considerada subcontratação a relação jurídica mantida entre a Contratada e os postos credenciados integrantes da rede de abastecimento.

4.7.2. A vedação à subcontratação decorre da natureza do objeto, que compreende a prestação de serviço integrado de gerenciamento e controle do abastecimento da frota municipal, mediante sistema informatizado unificado, cuja execução exige centralização operacional, controle gerencial e responsabilidade direta da Contratada perante a Administração.

4.8. Participação de ME/EPP: Considerando a natureza indivisível do objeto, a necessidade de solução integrada de gerenciamento da frota, a utilização de sistema informatizado unificado e a necessidade de ampla rede credenciada para atendimento das demandas operacionais da Administração, não será aplicada exclusividade nem reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos dos arts. 47, 48 e 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006.

4.9. Direito de preferência: Permanecerão assegurados às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) os benefícios e tratamentos diferenciados previstos na Lei Complementar Federal nº 123/2006 e na Lei Complementar Municipal nº 190/2023, especialmente quanto às fases de habilitação e julgamento das propostas, quando cabíveis.

5. REQUISITOS DO FORNECEDOR

5.1. Apresentar, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando execução satisfatória de serviços compatíveis com o objeto da contratação.

5.2. A empresa deverá apresentar relatório contendo relação dos estabelecimentos (postos de abastecimento e serviços) credenciados, classificados por:

5.2.1. razão social;

5.2.2. nome fantasia;

5.2.3. endereço;

5.2.4. CNPJ;

5.2.5. telefone.

5.3. A empresa deverá apresentar declaração de disponibilidade de rede credenciada mínima exigida neste Termo de Referência, abrangendo todas as localidades e quantitativos citadas no Anexo I do Termo de Referência, ou termo de compromisso de expansão de sua rede credenciada até o início da prestação dos serviços, sob pena de rescisão do contrato e adjudicação à empresa subsequente melhor classificada.

5.4. O fornecedor deverá possuir sistema operacional compatível com acesso web e emissão de relatórios gerenciais.

5.5. A empresa deverá apresentar declaração de que os preços praticados na rede credenciada observarão os preços de bomba para pagamento à vista.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

6. FORMALIZAÇÃO, PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

6.1. A formalização da contratação decorrente da Ata de Registro de Preços ocorrerá por meio de termo de contrato, conforme legislação municipal aplicável e na Lei nº 14.133/2021.

6.2. O contrato terá vigência inicial de 12 (doze) meses, contados da data da última assinatura, admitida prorrogação, desde que mantidas as condições de vantajosidade e observado o interesse público, nos termos da legislação vigente, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

6.3. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021 e da Lei Complementar Municipal nº 190/2023, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.4. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, admitida prorrogação por igual período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

6.4.1. Na hipótese de prorrogação da Ata de Registro de Preços, poderá haver a renovação dos quantitativos originalmente registrados, observados os limites legais, a manutenção das condições originalmente pactuadas e a demonstração de que os preços permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

6.4.2. A eventual renovação dos quantitativos dependerá de manifestação expressa da Administração, precedida de justificativa técnica e econômica que demonstre a necessidade, a vantajosidade e o interesse público, bem como da concordância do fornecedor registrado.

7. MODELO DE GESTÃO

7.1. A Gestão e Fiscalização do Contrato serão realizadas por servidores a serem designados por ato da Secretaria ordenadora da despesa por portaria publicada no DOM (Diário Oficial Municipal).

7.2. Conforme previsão do item 7.1, segue designação prévia do gestor e fiscal da Secretaria Municipal de Administração:

- Gestor da contratação: Lucas Paulo Ribeiro de Oliveira
- Matrícula nº 510912401
- Fiscal da contratação: Evéscio Marinho de Amorim
- Matrícula nº 53707102

7.3. Forma de comunicação: as comunicações entre a Contratante, através do gestor ou fiscal do contrato, e a Contratada devem ser realizadas por escrito, admitindo-se o uso de meios eletrônicos, sempre que compatíveis com a natureza do ato e para fins de registro e controle.

7.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) gestor(es) e fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, observadas as competências previstas na Lei

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Complementar nº 190/2023 e na Lei Federal nº 14.133/2021.

7.5. A fiscalização da execução será efetuada pelo fiscal técnico, que acompanhará o serviço/entrega e exigirá que sejam cumpridas todas as exigências relacionadas a execução/fornecimento, de modo a assegurar os melhores resultados para o Contratante.

7.6. Caberá à fiscalização verificar a:

- 7.6.1. regularidade dos abastecimentos;
- 7.6.2. compatibilidade dos preços;
- 7.6.3. funcionamento do sistema;
- 7.6.4. regularidade da rede credenciada;
- 7.6.5. emissão de relatórios;
- 7.6.6. conformidade das transações.

7.7. Ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou inadimplência por parte da Contratada, os titulares da fiscalização deverão, de imediato, comunicar ao órgão de administração da Contratante, que tomará as providências para que se apliquem as sanções previstas na lei, no Edital, no Termo de Referência e no Contrato.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. São obrigações da Contratada:

8.1.1. Executar os serviços objeto da contratação de acordo com os padrões de qualidade exigidos.

8.1.2. Apresentar relatórios de controle da situação: despesas de abastecimento de cada um dos veículos participantes dos abastecimentos.

8.1.3. Possuir softwares operacionais para processamento das informações nos cartões e terminais.

8.1.4. Emitir cartões individuais eletrônicos que viabilizam o controle de informações de consumo.

8.1.5. Informar dados atinentes aos custos de abastecimentos e à identificação dos veículos.

8.1.6. Possuir processo de consolidação de dados, permitindo a concentração dos mesmos e a emissão de relatórios consolidados das diversas bases operacionais numa base central de gerenciamento.

8.1.7. Informar a rede de postos de abastecimento, equipada para aceitar transações com os cartões dos usuários do sistema de acordo com as localidades previstas na tabela do Anexo IV deste Termo de Referência.

8.1.8. Possuir sistema tecnológico integrado que viabilize o pagamento dos abastecimentos, junto aos postos através de cartão eletrônico. Cada usuário deverá ter sua identificação validada através

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

de senha, durante a execução de qualquer operação realizada na rede de estabelecimentos credenciados. O sistema deverá promover a otimização e homogeneização informatizada das operações de abastecimento com controle sobre todos os veículos. Permitindo também, controle de teto de abastecimento, limite de abastecimento individualizado por veículo, acompanhamento de consumo versus quilometragem percorrida e outras operações de controle veicular e de abastecimento que permitam a análise clara do consumo da frota.

8.1.9. A empresa deverá garantir que os preços cobrados na rede credenciada, para pagamento por meio do cartão, terão como limite o preço à vista cobrado no estabelecimento.

8.1.10. Sempre que necessário, a contratada deverá ampliar o número dos Postos cadastrados para atender requisitos mínimos de produtos e abrangência geográfica, conforme presente neste Termo de Referência.

8.1.11. Fornecer, as suas custas, os cartões eletrônicos necessários, desde que esses não ultrapassem a demanda anual estimada.

8.1.12. Executar fielmente o objeto contratado conforme as especificações, projetos e prazos estipulados.

8.1.13. Responder pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

8.1.14. Atender às determinações regulares do representante designado pela Contratante, bem assim as de autoridade superior.

8.1.15. Manter preposto, aceito pela Contratante, para representá-lo na execução do Contrato.

8.1.16. Comprovar, sempre que solicitado pela Contratante, a quitação das obrigações trabalhistas e tributárias.

8.1.17. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato.

8.1.18. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do Contrato.

8.1.19. Informar periodicamente as inclusões e/ou exclusões, sendo que deverá ser mantida a condição de existência de postos credenciados em todas as localidades consignadas na tabela do Anexo IV deste Termo de Referência.

8.1.20. Manter nos estabelecimentos credenciados, em local visível e de fácil identificação, o adesivo com seu logotipo.

8.1.21. Agilizar a imediata correção das falhas apontadas pela Contratante, concernentes à execução do Contrato.

8.1.22. Fiscalizar os estabelecimentos integrantes de sua rede de credenciados, no sentido de se

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

obter a prestação dos serviços objeto deste contrato num elevado padrão de qualidade, descredenciando aqueles que não atenderem aos padrões mínimos.

8.1.23. A Contratada deverá oferecer e utilizar-se dos recursos por meios necessários e suficientes, para supervisionar e fiscalizar as irregularidades e correções dos abastecimentos, assegurando que todo combustível registrado pela bomba seja colocado no veículo indicado, e que, não sejam abastecidos veículos que não foram cadastrados na frota da Contratante, e o abastecimento deverá ser executado com o combustível autorizado.

8.1.24. Em caso de impossibilidade de existência de posto credenciado em alguma localidade, a Contratada deverá justificar por escrito e providenciar o credenciamento de posto mais próximo possível da cidade.

8.1.25. Comunicar à Contratante, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

8.1.26. A Contratada não poderá, sob hipótese alguma, subcontratar os serviços objeto deste certame.

8.1.27. Caberá à Contratante acatar possível alteração subjetiva dos contratos administrativos, decorrente de fusão, cisão ou incorporação da empresa Contratada, desde que não traga qualquer prejuízo à execução do contrato e observe o interesse público.

8.1.28. Responder pelas despesas relativas a materiais, equipamentos, transporte, guarda e distribuição dos cartões eletrônicos, encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não tem nenhum vínculo empregatício com a Contratante.

8.1.29. Reembolsar, pontualmente, os estabelecimentos comerciais pelo valor do consumo dos cartões eletrônicos, durante o seu período de validade, independentemente da vigência do contrato, ficando claro que a Contratante não responde solidária ou subsidiariamente por esse reembolso, que é de inteira responsabilidade da Contratada.

8.1.30. O valor mensal de consumo corresponderá rigorosamente aos valores solicitados pela Contratante autorizados para abastecimento, sendo os valores estimados quando da apresentação da proposta apenas uma referência para a contratação.

8.1.31. A rede credenciada deverá ser aquela informada pela Contratada na sua proposta, e, na ocorrência de alteração na rede, cabe à Contratada o envio de comunicação por escrito à Contratante.

8.1.32. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à administração da Contratante, nem poderá onerar o objeto deste termo, razão pela qual a Contratada renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Contratante.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

8.1.33. É proibida a veiculação de publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização da Contratante. A Contratada é obrigada a reparar, corrigir, ou substituir, as suas expensas no total ou em parte, os cartões eletrônicos que se verifiquem defeitos ou incorreções resultantes de sua impressão.

8.1.34. A Contratada obriga-se a cancelar imediatamente os cartões após a comunicação formal da Contratante, ou permitir que essa faça mediante terminal de acesso/controlando disponibilizando.

8.1.35. Durante toda a vigência do contrato a Contratada deverá manter a regularidade fiscal federal e trabalhista.

8.1.36. A Contratada deverá observar a legislação ambiental vigente e os princípios do desenvolvimento nacional sustentável previstos na Lei nº 14.133/2021, adotando medidas destinadas à mitigação de impactos ambientais decorrentes da execução contratual.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da contratante:

9.1.1. Emitir a Nota de Empenho e os demais documentos necessários à formalização da contratação.

9.1.2. Receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital e no Contrato.

9.1.3. Proporcionar todas as condições necessárias para que a Contratada possa executar os serviços em conformidade com as disposições deste Termo de Referência, do Edital e do Contrato.

9.1.4. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais, com sua proposta e com a legislação vigente.

9.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada na forma e nos prazos previstos no Contrato, após a verificação do cumprimento das obrigações assumidas.

9.1.6. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual por meio de gestor e fiscais formalmente designados, registrando as ocorrências verificadas e adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento do ajuste.

9.1.7. Aplicar as sanções administrativas e contratuais cabíveis, quando constatado o descumprimento das obrigações assumidas pela Contratada, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

9.1.8. Prestar à Contratada as informações e os esclarecimentos necessários à adequada execução dos serviços.

9.1.9. Comunicar formalmente à Contratada quaisquer irregularidades verificadas na execução do contrato, fixando prazo para a adoção das providências saneadoras, quando cabível.

9.1.10. Disponibilizar à Contratada as informações necessárias ao cadastramento dos veículos, máquinas, equipamentos e demais usuários autorizados no sistema de gerenciamento de abastecimento, bem como comunicar tempestivamente as alterações que se fizerem necessárias.

9.1.11. Zelar pela adequada utilização dos cartões magnéticos, eletrônicos ou outros dispositivos de identificação disponibilizados pela Contratada, comunicando imediatamente os casos de perda, extravio, furto, roubo ou necessidade de bloqueio ou substituição.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

9.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. REGIME DE EXECUÇÃO

10.1. Da forma de execução dos serviços

10.1.1. A execução do objeto ocorrerá de forma contínua, parcelada e sob demanda, conforme as necessidades operacionais das Secretarias Municipais participantes da contratação.

10.1.2. Os serviços serão executados mediante utilização de sistema informatizado integrado de gerenciamento de abastecimento, disponibilizado pela Contratada, com operação por meio de cartões eletrônicos individuais vinculados aos veículos, máquinas e equipamentos cadastrados pela Administração.

10.1.3. Os abastecimentos deverão ser realizados exclusivamente na rede credenciada da Contratada, mediante validação eletrônica da operação.

10.1.4. Os valores cobrados nos abastecimentos deverão corresponder aos preços praticados à vista na bomba do estabelecimento credenciado na data da transação.

10.2. Da demanda estimada e quantitativos

10.2.1. Para apuração das necessidades da contratação, foi realizado levantamento do histórico de consumo de combustíveis das Secretarias Municipais, considerando o consumo registrado no exercício de 2025 e a estimativa de ampliação das demandas operacionais.

10.2.2. Os valores estimados da contratação foram obtidos com base nos preços médios divulgados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, referentes ao mês de abril de 2026.

10.2.3. Para itens não contemplados nas tabelas da ANP, foram utilizados parâmetros obtidos mediante pesquisa em contratações públicas e sistemas de cotação de preços.

10.2.4. As quantidades previstas possuem natureza estimativa, não gerando obrigação de consumo mínimo pela Administração.

10.2.5. Os quantitativos poderão ser remanejados entre as Secretarias Municipais, conforme necessidade administrativa, devendo a rede credenciada estar apta ao fornecimento de todos os combustíveis previstos neste Termo de Referência.

10.3. Do sistema de gerenciamento

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

10.3.1. O sistema de gerenciamento deverá permitir acesso por meio eletrônico/web, mediante login e senha, possibilitando à Contratante:

- 10.3.1.1. inclusão e exclusão de veículos;
- 10.3.1.2. parametrização de limites de abastecimento;
- 10.3.1.3. bloqueio e desbloqueio de cartões;
- 10.3.1.4. emissão de relatórios gerenciais;
- 10.3.1.5. consulta de histórico de abastecimentos;
- 10.3.1.6. acompanhamento do consumo da frota;
- 10.3.1.7. controle operacional e financeiro das transações.

10.3.2. O sistema deverá registrar, no mínimo:

- 10.3.2.1. placa do veículo;
- 10.3.2.2. identificação do condutor;
- 10.3.2.3. posto credenciado;
- 10.3.2.4. data e horário do abastecimento;
- 10.3.2.5. tipo de combustível;
- 10.3.2.6. quantidade abastecida em litros;
- 10.3.2.7. valor unitário;
- 10.3.2.8. valor total da operação;
- 10.3.2.9. quilometragem do veículo.

10.3.3. O sistema deverá permitir emissão de relatórios gerenciais individualizados por Secretaria, veículo, condutor, período e tipo de combustível.

10.3.4. A Contratada deverá disponibilizar suporte técnico e operacional durante toda a vigência contratual.

10.4. Dos cartões eletrônicos e controle operacional

10.4.1. A Contratada deverá fornecer cartões eletrônicos individuais em quantidade suficiente para atendimento integral da frota municipal, incluindo cartões reservas.

10.4.2. A Contratada deverá disponibilizar de cartões individuais eletrônicos que viabilizem o gerenciamento de informações da frota, sendo no mínimo 1 (um) para cada veículo.

10.4.3. Os cartões serão utilizados durante toda a vigência contratual e deverão ser gerenciados por servidores e funcionários(as) das Secretarias responsáveis pelo veículo, mediante sistema disponibilizado pela Contratada.

10.4.4. O gerenciamento dos cartões deverá permitir:

- 10.4.4.1. atribuição de senha;
- 10.4.4.2. inclusão de crédito;
- 10.4.4.3. cancelamento;
- 10.4.4.4. bloqueio e desbloqueio;
- 10.4.4.5. definição de limites de abastecimento.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

10.4.5. O uso do cartão somente será permitido mediante validação eletrônica e identificação do condutor autorizado.

10.4.6. O bloqueio de cartões deverá ocorrer imediatamente após solicitação da Contratante.

10.4.7. Em caso de perda, roubo, furto, extravio ou dano do cartão, a Contratada deverá providenciar sua substituição no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

10.4.8. O uso indevido de cartões bloqueados, cancelados ou não autorizados será considerado falha operacional da Contratada, que responderá integralmente pelas despesas decorrentes.

10.5. Da rede credenciada

10.5.1. A Contratada deverá manter rede credenciada compatível com as exigências mínimas previstas nos anexos deste Termo de Referência.

10.5.2. Sempre que necessário ao atendimento das demandas da Administração, a Contratada deverá promover ampliação da rede credenciada.

10.5.3. A rede credenciada deverá possuir, no mínimo, 02 (dois) postos localizados no Município de Mossoró/RN aptos ao fornecimento de combustível por caminhão comboio ("melosa") durante a realização do evento SEMEAR, sem custos adicionais para a Administração.

10.5.4. Eventuais alterações na rede credenciada deverão ser previamente comunicadas à Contratante.

10.6. Dos recursos e tecnologias empregados

10.6.1. A Contratada deverá disponibilizar todos os recursos materiais, tecnológicos, operacionais e humanos necessários à plena execução contratual.

10.6.2. A Contratada será responsável pelos equipamentos, softwares, terminais eletrônicos, meios de transmissão de dados, cartões, suporte técnico e demais recursos necessários à operacionalização do sistema.

10.6.3. Todas as despesas relativas à execução contratual correrão exclusivamente às expensas da Contratada.

10.7. Da comunicação entre as partes

10.7.1. A comunicação entre a Contratante e a Contratada ocorrerá preferencialmente por meio eletrônico, mediante correio eletrônico institucional, sistema operacional da contratada, notificações formais ou outros meios aptos ao registro das ocorrências.

10.7.2. Contratada deverá manter preposto responsável pelo acompanhamento da execução contratual durante toda a vigência do contrato.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

10.8. Do recebimento dos serviços

10.8.1. O recebimento provisório ocorrerá mediante conferência preliminar da execução contratual, dos abastecimentos realizados e da documentação apresentada.

10.8.2. O recebimento definitivo ocorrerá após verificação da conformidade dos serviços executados pelo gestor e fiscal do contrato, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento provisório.

10.8.3. Constatadas irregularidades, falhas operacionais, inconsistências de sistema ou divergências nos abastecimentos, a Contratada deverá promover as correções necessárias no prazo fixado pela fiscalização, sem ônus adicional para a Administração.

10.9. Das normas técnicas e garantias

10.9.1. Os combustíveis fornecidos pela rede credenciada deverão atender às especificações e normas técnicas expedidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP e pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

10.9.2. A Contratada deverá garantir a integridade, segurança, rastreabilidade e confidencialidade das informações geradas pelo sistema de gerenciamento.

10.9.3. Ao término da vigência contratual, a Contratada deverá disponibilizar à Administração os relatórios, históricos e dados operacionais referentes à execução do contrato, em formato eletrônico acessível.

11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.3. O descumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência sujeitará a Contratada às penalidades previstas em lei, conforme o disposto abaixo.

11.4. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

11.5. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

11.5.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.5.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem anterior, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.5.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens "e" a "h", bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave (§5º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5.4. Multa moratória de 0,5% (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

11.5.5. Multa compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.6. A aplicação das sanções previstas neste termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.7. As sanções previstas neste termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis foram superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º da Lei nº 14.133, de 2021).

11.10. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.11. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure a contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.12. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º da Lei nº 14.133, de 2021):

- 11.12.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 11.12.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 11.12.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 11.12.4. os danos que dela provierem para o Contratante;
- 11.12.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

11.13. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.14. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.15. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.16. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.17. Os débitos decorrentes de multa ou indenização poderão ser compensados com créditos da Contratada junto à Administração, nos termos da legislação aplicável.

12. PAGAMENTO

12.1. O pagamento à Contratada será efetuado após a execução do objeto, em moeda nacional, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos a contar do atesto da Fatura/Nota Fiscal.

12.2. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser apresentada devidamente preenchida e discriminada, em nome da Contratante, observando-se a natureza do objeto contratado e incidindo, no que couber, os tributos previstos na Lei Complementar Federal nº 116/2003, bem como na Lei Complementar Municipal nº 96/2023.

12.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.4. Será considerada data de pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.5. A fatura referente ao fornecimento de combustíveis deverá conter, no mínimo:

12.5.1. quantidade de litros por tipo de combustível consumido no período – óleo diesel S10, óleo diesel S500, ARLA 32, gasolina comum; deverão ser disponibilizados relatórios para a conferência da fatura contendo as seguintes informações: posto do abastecimento, data do abastecimento, hora

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

do abastecimento, placa do veículo, tipo do combustível, quantidade de combustível em litros, valor do abastecimento, número do cartão utilizado; condutor do veículo;

12.5.2. valor discriminado na bomba por litro e subtotal; deverão ser disponibilizados relatórios para a conferência da fatura contendo esta informação;

12.5.3. valor total da operação, com a aplicação do percentual de desconto contratado.

12.6. Com relação ao subitem 12.5.1, deverão ser disponibilizados relatórios para a conferência da fatura contendo as seguintes informações: posto do abastecimento, data do abastecimento, hora do abastecimento, placa do veículo, tipo do combustível, quantidade de combustível em litros, valor do abastecimento, número do cartão utilizado, condutor do veículo.

12.7. Com relação ao subitem 12.5.2, deverão ser disponibilizados relatórios para a conferência da fatura contendo esta informação.

12.8. Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o documento será devolvido pelo gestor/fiscal à Contratada, ficando o pagamento suspenso até que sejam providenciadas as medidas saneadoras.

12.8.1. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Administração.

12.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.10. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

12.11. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.12. Os valores estimados neste Termo de Referência não geram qualquer obrigação de consumo mínimo por parte da Contratante, reservando-se esta ao direito de efetuar pagamento apenas sobre os quantitativos efetivamente consumidos.

12.13. Durante a execução contratual, os preços praticados pelos estabelecimentos credenciados deverão guardar compatibilidade com aqueles usualmente praticados no mercado local, podendo a fiscalização utilizar, como parâmetro de aferição, os levantamentos divulgados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP e, subsidiariamente, pesquisa de preços realizada pela Administração.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

13. CONDIÇÕES DE REAJUSTE

13.1. O percentual de desconto ofertado pela Contratada permanecerá fixo e irreajustável durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes.

13.2. O valor estimado da contratação poderá ser reajustado após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado que serviu de base para a licitação.

13.3. O reajuste previsto no item anterior tomará por base os valores médios dos combustíveis e do reagente ARLA 32 divulgados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP para o Estado do Rio Grande do Norte ou, subsidiariamente, pesquisa mercadológica realizada pela Administração no mercado local, com a finalidade de recompor o valor estimado da contratação e assegurar recursos suficientes para atendimento dos quantitativos inicialmente estimados.

13.4. O reajuste previsto neste capítulo não implicará alteração do percentual de desconto registrado na Ata de Registro de Preços ou contratado, que permanecerá inalterado durante toda a vigência da contratação.

13.5. O reajuste será formalizado por apostilamento, nos termos do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

14. GARANTIA CONTRATUAL

14.1. Não será exigida garantia de execução contratual para a presente contratação, considerando a natureza do objeto, a forma de execução dos serviços, a ausência de dedicação exclusiva de mão de obra e o fato de que os pagamentos ocorrerão conforme os abastecimentos efetivamente realizados.

14.2. A não exigência de garantia contratual busca ampliar a competitividade do certame, evitando restrições desnecessárias à participação de licitantes, sem prejuízo dos mecanismos de fiscalização, controle e aplicação de sanções previstos na Lei nº 14.133/2021 e neste Termo de Referência.

14.3. A Administração poderá aplicar as sanções administrativas cabíveis em caso de descumprimento das obrigações contratuais, inclusive multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

14.4. A contratada permanecerá integralmente responsável pelos danos eventualmente causados à Administração ou a terceiros decorrentes da execução contratual, independentemente da inexistência de garantia de execução.

15. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTITATIVOS DOS ITENS A SEREM CONTRATADOS



MOSSORÓ
PREFEITURA

Processo Nº:10.000180/2026-09

Folha Nº:

Assinatura:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR ESTIMADO (R\$)	PERCENTUAL DE DESCONTO OFERTADO (%)	VALOR TOTAL COM DESCONTO (R\$)
1	7929 – SERVIÇO DE GESTÃO E ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS. Características: Prestação de serviços de gerenciamento de frota por meio de solução tecnológica integrada, compreendendo a disponibilização de rede credenciada de estabelecimentos varejistas para o fornecimento de combustíveis (gasolina comum, óleo diesel S-10, óleo diesel S-500 e reagente ARLA 32). A solução deverá contemplar a utilização de sistema informatizado de monitoramento e controle de transações em tempo real, com processamento de pagamentos mediante o uso de cartões eletrônicos magnéticos ou microprocessados, visando à manutenção da disponibilidade operacional e à eficiência logística	Serviço	1	R\$ 11.072.373,07		

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	da frota institucional.					
--	-------------------------	--	--	--	--	--

16. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas da Ata de Registro de Preços correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no Orçamento Geral do Município, conforme indicações constantes nas solicitações de despesa e nos empenhos que vierem a ser emitidos durante a vigência da Ata.

17. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

17.1. A execução contratual deverá observar, no que couber, os princípios do desenvolvimento nacional sustentável previstos na Lei nº 14.133/2021, especialmente aqueles relacionados à eficiência administrativa, à redução de impactos ambientais e à adequada utilização dos recursos públicos.

17.2. A contratada deverá adotar medidas destinadas à mitigação de impactos ambientais decorrentes da prestação dos serviços de gerenciamento de abastecimento e da operação da rede credenciada.

17.3. Os estabelecimentos integrantes da rede credenciada deverão observar a legislação ambiental aplicável às atividades de armazenamento, comercialização e manuseio de combustíveis, inclusive quanto às exigências de licenciamento ambiental emitidas pelos órgãos competentes, quando aplicável.

17.4. A contratada deverá incentivar a utilização racional dos combustíveis, mediante disponibilização de mecanismos de controle operacional e relatórios gerenciais que permitam à Administração monitorar consumo, desempenho da frota, médias de abastecimento e eventuais inconsistências operacionais.

17.5. O sistema informatizado disponibilizado deverá contribuir para a redução da utilização de documentos físicos, priorizando a emissão de relatórios, controles, comunicações e registros em meio eletrônico.

17.6. Sempre que possível, a contratada deverá adotar práticas operacionais voltadas à eficiência logística e à redução de desperdícios na execução contratual.

17.7. A contratada e os estabelecimentos credenciados deverão observar as normas ambientais, sanitárias e de segurança aplicáveis às atividades desenvolvidas, responsabilizando-se integralmente por eventuais danos ambientais decorrentes de sua atuação.

17.8. Os critérios de sustentabilidade previstos neste Termo de Referência possuem fundamento nos princípios da eficiência, economicidade e desenvolvimento nacional sustentável previstos nos

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021.

18. VALOR ESTIMADO

18.1. O valor estimado da contratação é R\$11.072.373,07 (onze milhões, setenta e dois mil, trezentos e setenta e três reais e sete centavos).

18.2. O valor estimado da contratação foi obtido mediante pesquisa de preços realizada com base nos levantamentos divulgados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, complementados, quando necessário, por pesquisa mercadológica, considerando os quantitativos estimados de consumo da Administração.

18.3. O valor estimado possui caráter meramente referencial e não gera obrigação de consumo mínimo pela Administração, que efetuará o pagamento exclusivamente pelos abastecimentos efetivamente realizados durante a execução contratual.

19. ANEXOS

19.1. Relação de anexos:

ANEXO I – Frota Atual

ANEXO II – Planilha de detalhamento de custos

ANEXO III – Resumo dos valores – Valor estimado anual

3.1 – Consumo estimado de gasolina comum

3.2 – Consumo estimado de óleo diesel S10

3.3 – Consumo estimado de óleo diesel S500

3.4 – Consumo estimado de ARLA 32

ANEXO IV – Rede credenciada mínima

ANEXO V – Consulta de preços ANP – abril/2026

Mossoró/RN, data da assinatura digital.

KARINE COSTA BASÍLIO DE SOUZA

Gerente Executiva de Planejamento e Contratação

Matrícula nº 51230304

DANYELLE TERCIANE MEDEIROS

Secretária Municipal Adjunta

Secretaria Municipal de Administração

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DESPACHO

De acordo com a legislação vigente, **APROVO e AUTORIZO** o presente Termo de Referência.

LUANA LORENA DE SOUZA LIMA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO I – FROTA ATUAL

FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ/RN				
SECRETARIA	MODELO	PLACA	COMBUSTÍVEL	TIPO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, DEFESA CIVIL, MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO	MMC/ L200 TRITON	OJY1B79	DIESEL S10	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, DEFESA CIVIL, MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO	CHEVROLET/S10 LS DD4	RGG9I50	DIESEL S10	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, DEFESA CIVIL, MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO	CHEVROLET/S10 LS DD4	RGI2H18	DIESEL S10	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, DEFESA CIVIL, MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO	CHEVROLET/S10 LS DD4	RGI2F92	DIESEL S10	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, DEFESA CIVIL, MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO	CHEVROLET/S10 LS DD4	RGI4C82	DIESEL S10	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, DEFESA CIVIL, MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO	CHEVROLET/S10 LS DD4	RGK9F06	DIESEL S10	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, DEFESA CIVIL, MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO	RENAULT/DUSTER	RGK6J84	GASOLINA	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, DEFESA CIVIL, MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO	RENAULT/DUSTER	RGK7A03	GASOLINA	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, DEFESA CIVIL, MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO	RENAULT/DUSTER	RGK7A13	GASOLINA	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, DEFESA CIVIL, MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO	NISSAN/FRONTIER LE 25 X4	JIL1E71	DIESEL S500	PROPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, DEFESA CIVIL, MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO	NISSAN/FRONTIER LE 25 X4	JJU0I31	DIESEL S500	PROPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, DEFESA CIVIL, MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO	I/RENAULT FLUENCE DYN20M	JKO2F10	GASOLINA	PROPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, DEFESA CIVIL, MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO	VW/8.160	QGC5689	DIESEL S10	PROPRIO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, DEFESA CIVIL, MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO	HONDAXRE 300 ABS	RQA1J18	GASOLINA	PROPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, DEFESA CIVIL, MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO	HONDAXRE 300 ABS	RQA1I98	GASOLINA	PROPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, DEFESA CIVIL, MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO	HONDAXRE 300 ABS	RQA1J07	GASOLINA	PROPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, DEFESA CIVIL, MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO	HONDAXRE 300 ABS	RQA1H5 7	GASOLINA	PROPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, DEFESA CIVIL, MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO	HONDAXRE 300 ABS	RQA1J37	GASOLINA	PROPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, DEFESA CIVIL, MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO	HONDAXRE 300 ABS	RQA1I97	GASOLINA	PROPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, DEFESA CIVIL, MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO	HONDAXRE 300 ABS	RQA1H4 8	GASOLINA	PROPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, DEFESA CIVIL, MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO	HONDAXRE 300 ABS	RQA1J09	GASOLINA	PROPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, DEFESA CIVIL, MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO	HONDAXRE 300 ABS	RQA1J17	GASOLINA	PROPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, DEFESA CIVIL, MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO	HONDAXRE 300 ABS	RQA1H3 7	GASOLINA	PROPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, DEFESA CIVIL, MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO	MMC/TRITON GL AT4	TST0I44	DIESEL S10	PROPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, DEFESA CIVIL, MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO	MMC/TRITON GL AT4	TST0I59	DIESEL S10	PROPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, DEFESA CIVIL, MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO	MMC/TRITON GL AT4	TST0I24	DIESEL S10	PROPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, DEFESA CIVIL, MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO	MMC/TRITON GL AT4	TST0I34	DIESEL S10	PROPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, DEFESA CIVIL, MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO	MMC/TRITON GL AT4	TST0I54	DIESEL S10	PROPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, DEFESA CIVIL, MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO	MMC/ L200 TRITON GL	RGE5G6 9	DIESEL S10	PROPRIO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, DEFESA CIVIL, MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO	MMC/ L200 TRITON GL	RGE4H8 9	DIESEL S10	PROPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, DEFESA CIVIL, MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO	CHEVROLET/S10 LS DD4	SGH9J20	DIESEL S10	PROPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, DEFESA CIVIL, MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO	NISSAN/KICKS	RQG6H6 4	GASOLINA	PROPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, DEFESA CIVIL, MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO	YAMAHA/LANDER XTZ250	RGJ6I83	GASOLINA	PROPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, DEFESA CIVIL, MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO	YAMAHA/LANDER XTZ250	RGM4A0 3	GASOLINA	PROPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, DEFESA CIVIL, MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO	YAMAHA/LANDER XTZ250	RGM3E7 3	GASOLINA	PROPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, DEFESA CIVIL, MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO	YAMAHA/LANDER XTZ250	RGK3B94	GASOLINA	PROPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, DEFESA CIVIL, MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO	YAMAHA/LANDER XTZ250	RGJ6I73	GASOLINA	PROPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, DEFESA CIVIL, MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO	YAMAHA/LANDER XTZ250	RGM4J87	GASOLINA	PROPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, DEFESA CIVIL, MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO	YAMAHA/LANDER	MZG8834	GASOLINA	PROPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, DEFESA CIVIL, MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO	MOTOSERRA/TOYAMA	*	GASOLINA	PROPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, DEFESA CIVIL, MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO	GERADOR TOYAMA/TBC 63	*	GASOLINA	PROPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO INOVAÇÃO E TURISMO	SAVEIRO	TST5D34	GASOLINA	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO INOVAÇÃO E TURISMO	HILUX	TSV1C37	DIESEL S- 10	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	CRONOS	RGN2E8 6	*	PROPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	CRONOS	OJWOF2 3	*	PROPRIO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	MOTO FAN 160	QGY2E7 7	*	PROPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	MOTO FAN 125I	QGG816 4	*	PROPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	UNO	QGP3599	*	PROPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	UNO	QGP3559	*	PROPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	UNO	OJT5135	*	PROPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	AIRCROSS	QGT5A29	*	PROPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	AIRCROSS 7 FEEL	TST0J64	*	PROPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	SPIN	RGN9C9 0	*	PROPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	SPIN	RGN9D0 0	*	PROPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	VIRTUS	QGS4G2 8	*	PROPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	VAN	RQG5D8 4	*	PROPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	VAN	RQG5D8 5	*	PROPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	MICRO- ONIBUS	PBS6F42	*	PROPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	MICRO- ONIBUS	RQB9B24	*	PROPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	KANGOO ADAPTADO	TSW6H5 1	*	PROPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	ONIX	SBT4D24	*	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	ARGO	THS3G33	*	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	CHEVROLET-SPIN	RGM8H0 7	*	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	SAVEIRO	RGK4I70	*	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS	I/TOYOTA HILUX CDLONA4SD	TST8E28	DIESEL S-10	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO	STRADA	RGN-7B48	GASOLINA	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO	SPIN	SJE6E95	GASOLINA	LOCADO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO	T-CROSS	TSW2G8 6	GASOLINA	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	FORD FIESTA 1.6 - 2013/2014	OJZ 4D36	GASOLINA COMUM	PRÓPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	SAVEIRO ROBUST - 2025/2026	TST 5D18	GASOLINA COMUM	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	MICRO	RGH3F29	DIESEL S10	PRÓPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	MICRO	RGH3F39	DIESEL S10	PRÓPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	MICRO	RGH3F49	DIESEL S10	PRÓPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	MICRO	RGH3F59	DIESEL S10	PRÓPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	MICRO	RGH3F69	DIESEL S10	PRÓPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	MICRO	OVZ0515	DIESEL S10	PRÓPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	MICRO	OVZ0525	DIESEL S10	PRÓPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	ÔNIBUS	NOC7728	DIESEL S500	PRÓPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	ÔNIBUS	NOC7708	DIESEL S500	PRÓPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	ÔNIBUS	OKC3C3 1	DIESEL S10	PRÓPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	ÔNIBUS	OKB7231	DIESEL S10	PRÓPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	ÔNIBUS	QGJ4624	DIESEL S10	PRÓPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	ÔNIBUS	NOH5898	DIESEL S500	PRÓPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	ÔNIBUS	OKB7271	DIESEL S10	PRÓPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	ÔNIBUS	TSP6114	DIESEL S10	PRÓPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	SIENA	OWD790 8	GASOLINA	PRÓPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	PÁLIO	OWF775 6	GASOLINA	PRÓPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	SIENA	OWD792 8	GASOLINA	PRÓPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	L200	QGT5A68	DIESEL S10	PRÓPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	SPIN	OWC670 3	GASOLINA	PRÓPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	MONTANA	NNO5709	GASOLINA	PRÓPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	CELTA	NNO5689	GASOLINA	PRÓPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	PÁLIO	QGD5576	GASOLINA	PRÓPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	CAMINHÃO BAÚ	RGK8169	GASOLINA	PRÓPRIO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	L200	OJW0158	DIESEL S10	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	OROCH	OJW2H06	GASOLINA	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	OROCH	OJW2E86	GASOLINA	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	SPIN	RGM8G86	GASOLINA	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	CAMINHÃO A.	OWE1418	DIESEL S10	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	CAMINHÃO	OJX9657	DIESEL S10	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	SAVEIRO	RGK9B56	GASOLINA	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	SAVEIRO	RGK9H86	GASOLINA	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	RANGER	OWC4852	Diesel S10	PRÓPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	SPRINTER	TSP6C38	Diesel S10	PRÓPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	SPRINTER	TSP6C28	Diesel S10	PRÓPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	RENAULT MASTER	TSR1C75	Diesel S10	PRÓPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	RENAULT MASTER	TSR1C66	Diesel S10	PRÓPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	RENAULT MASTER	TSR1C76	Diesel S10	PRÓPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	RENAULT MASTER	TSR1C77	Diesel S10	PRÓPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	RENAULT MASTER	TSP7B30	Diesel S10	PRÓPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	RENAULT MASTER	TSP7B20	Diesel S10	PRÓPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	DUCATO	RGH1175	Diesel S10	PRÓPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	IVECO	S/PLACA	Diesel S10	PRÓPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	SPRINTER	RGN7B53	Diesel S10	PRÓPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	DOBLO	NOF5022	Gasolina	PRÓPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	DOBLO	OWE6765	Gasolina	PRÓPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	IVECO -DAYLE	*	Diesel S10	PRÓPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	MOBI	RQF1C96	Gasolina	PRÓPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	PALIO	QGD5576	Gasolina	PRÓPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	PALIO	QGD5596	Gasolina	PRÓPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	SPIN	SBO7J13	Gasolina	PRÓPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	UNO	MYT7133	Gasolina	PRÓPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	MONTANA	NNO5709	Gasolina	PRÓPRIO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	FIORINO	ROV3D8 4	Gasolina	PRÓPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	HONDA CG 150 FAN ES	NNU5323	Gasolina	PRÓPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	HONDA CG 150 FAN ESI	NNU5393	Gasolina	PRÓPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	HONDA CG 150 FAN ESI	NNU5643	Gasolina	PRÓPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	HONDA CG FAN 150 ESDI	OWC475 2	Gasolina	PRÓPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	HONDA CG FAN 150 ESDI	OWC471 2	Gasolina	PRÓPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	HONDA CG FAN 150 ESDI	OWC468 2	Gasolina	PRÓPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	HONDA CG FAN 150 ESDI	OWC477 2	Gasolina	PRÓPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	HONDA CG FAN 150 ESI	NNU5683	Gasolina	PRÓPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	HONDA CG FAN 150 ESI	NNU5373	Gasolina	PRÓPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	HONDA CG150 JOB	MYP3621	Gasolina	PRÓPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	HONDA FAN 150	NNU5403	Gasolina	PRÓPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	SPRINTER	SGS9117	Diesel S10	PRÓPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	SPRINTER	QGY7142	Diesel S10	PRÓPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	SPRINTER	JRO0100	Diesel S10	PRÓPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	RENAULT MASTER	RQD0A2 3	Diesel S10	PRÓPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	HILUX	RGM 2144	Diesel S10	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	HILUX	QGR9C3 8	Diesel S10	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	L200	RGG2F2 3	Diesel S10	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	ARGO	SYN2A60	Gasolina	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	GOL	RGK2A76	Gasolina	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	GOL	RGK2A56	Gasolina	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	POLO	TST9G57	Gasolina	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	PRISMA	QGK7919	Gasolina	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	VOYAGE	RGN9B0 9	Gasolina	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	YARIS	QGO742 8	Gasolina	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	SAVEIRO	TST5D36	Gasolina	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	STRADA	RGN 4153	Gasolina	LOCADO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	DOBLO	QWY3A2 4	Gasolina	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	DOBLO	QUT4D09	Gasolina	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	DOBLO	QXE8B67	Gasolina	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	DOBLO	QUT9G7 3	Gasolina	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	SPIN	BEQ7H31	Gasolina	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	SPIN	TSW2D5 6	Gasolina	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	SPIN	TSW2D5 5	Gasolina	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	SPIN	QWK0E8 2	Gasolina	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	SPIN	RGO4D6 6	Gasolina	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	SPIN	QGN0359	Gasolina	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	SPIN	SIM2H64	Gasolina	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	SPIN	RGN5I99	Gasolina	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	SPIN	SIN0E11	Gasolina	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	SPIN	TSV6J69	Gasolina	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	SPIN	TSV6J55	Gasolina	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	SPIN	TSV6J78	Gasolina	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	SPIN	TSV9A58	Gasolina	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	SPIN	TSV8J84	Gasolina	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	SPIN	TSW0E2 6	Gasolina	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	MARCOPOLO PARADISO G7	RQD6D8 4	Diesel S10	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	DUCATO	RGH9J81	Diesel S10	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	DUCATO	RGF 9D53	Diesel S10	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	DUCATO	POL 5H57	Diesel S10	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	DUCATO	RGI5H42	Diesel S10	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	DUCATO	RQE9J85	Diesel S10	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	DUCATO	RGI1D71	Diesel S10	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	DUCATO	RGI6A91	Diesel S10	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	JUMPY	OJW 0E17	Diesel S10	LOCADO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	PEGEUOT	RGG8A9 5	Diesel S10	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	SPRINTER	RQH8J94	Diesel S10	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	VOLARE	QGM607 2	Diesel S10	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	RENAULT MASTER	TEC4D28	Diesel S10	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	RENAULT MASTER	TEC4D41	Diesel S10	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	RENAULT MASTER	SHN6F76	Diesel S10	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	FORD FIESTA 1.6 16V FLEX MEC . 5P	OJZ 4D36	Gasolina	PRÓPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	MITSUBISHI PAJERO FULL 3.2 DIESEL	NNM 1925	Diesel S10	PRÓPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	VOLKSWAGEN POLO	TST9G47	Gasolina	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	VOLKSWAGEN POLO	TST9G38	Gasolina	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	VOLKSWAGEN POLO	TST8D76	Gasolina	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	VOLKSWAGEN SAVEIRO CD	TST5C89	Gasolina	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	TOYOTA HILUX	TST8E09	Diesel S10	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	CITROEN	OJT4593	DIESEL	PRÓPRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	GOL	SAU2F40	GASOLINA	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	GOL	SBT9G05	GASOLINA	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	GOL	SAO0E46	GASOLINA	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	GOL	SAU1J40	GASOLINA	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	GOL	QQS2B0 2	GASOLINA	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	GOL	SBUOJ65	GASOLINA	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	HONDA BROS 160	SBP3H99	GASOLINA	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	I200	OJY5F89	DIESEL S10	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	MERCEDEZ 710 CABINADA	NOH6367	DIESEL	LOCADO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	ONIX	SBT3F44	GASOLINA	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	ONIX	RGL3I68	GASOLINA	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	ONIX	RGG9I60	GASOLINA	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	ONIX	RGL4A98	GASOLINA	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	S10	TST8I15	DIESEL S10	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	S10	RGK2C9 3	DIESEL S10	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	SAVEIRO	RGK7B47	GASOLINA	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	SAVEIRO	RGK9B46	GASOLINA	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	SAVEIRO	RGF3A93	GASOLINA	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	SAVEIRO	RGF7C92	GASOLINA	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	SAVEIRO	RGK9H8 6	GASOLINA	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	SAVEIRO	RGK9B56	GASOLINA	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	SAVEIRO	RGJ8D66	GASOLINA	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	SAVEIRO	OJY9G17	GASOLINA	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	SAVEIRO	OJY8D97	GASOLINA	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	SPIN	RGM8G9 8	GASOLINA	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	SPIN	OJW9J62	GASOLINA	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	TRATOR AZUL	NN7R341	DIESEL S10	Próprio
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	TRATOR AZUL	NN7R342	DIESEL S10	Próprio
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	TRATOR LARANJA	BDY7540	DIESEL S10	Próprio
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	TRATOR VERMELHO	YTO0754	DIESEL S10	Próprio
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	MERCEDES-BENZ/SPRINTER	NNK4853	GASOLINA	Próprio
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	VOLKSWAGEN/SAVEIRO	QGC3255	GASOLINA	Próprio

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	VOLKSWAGEN/SAVEIRO	QGC2885	GASOLINA	Próprio
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	FIAT/TORO	RBY6F01	DIESEL S10	Próprio
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	YAMAHA/XTZ LANDER 250	MZG8874	GASOLINA	Próprio
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	YAMAHA/XTZ LANDER 250	MZG0775	GASOLINA	Próprio
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	MERCEDES-BENZ/ÔNIBUS	MYN9224	DIESEL COMUM	Próprio
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	VOLKSWAGEN/GOL BRANCO	SBP8F05	GASOLINA	Locado
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	VOLKSWAGEN/GOL BRANCO	SBR2D10	GASOLINA	Locado
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	VOLKSWAGEN/GOL PRATA	QUC9D90	GASOLINA	Locado
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	VOLKSWAGEN/SAVEIRO	QGR2033	GASOLINA	Locado
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	CHEVROLET/S10	RGI2A96	DIESEL S10	Locado
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	TOYOTA/HILLUX	TSV1C34	DIESEL S10	Locado
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	TOYOTA/HILLUX	TVS1B86	DIESEL S10	Locado
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	MUNCK	QGA7007	DIESEL S10	Locado
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	MUNCK	QGA9F77	DIESEL S10	Locado
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	MUNCK	TSP4J22	DIESEL S10	Locado
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	MERCEDES-BENZ /PIPA AZUL	HVZ6A46	DIESEL COMUM	Locado
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	FORD/PIPA AZUL	HWS9H41	DIESEL COMUM	Locado
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	VOLKSWAGEN/PIPA BRANCO	JLQ7J38	DIESEL COMUM	Locado
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	MERCEDES-BENZ/PIPA BEGE	KGW1371	DIESEL COMUM	Locado
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	VOLKSWAGEN/PIPA AZUL	KHQ4566	DIESEL COMUM	Locado
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	MERCEDES-BENZ /PIPA BRANCO	KKR0G98	DIESEL COMUM	Locado
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	VOLKSWAGEN/PIPA BRANCO	KKV3958	DIESEL COMUM	Locado
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	MERCEDES-BENZ /PIPA	MYL2218	DIESEL COMUM	Locado
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	PIPA	OJX6777	DIESEL COMUM	Locado

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	PIPA	JKW8I80	DIESEL COMUM	Locado
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	CAÇAMBA	SGN8E16	DIESEL S10	Próprio
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	CAÇAMBA	SGN8F43	DIESEL S10	Próprio
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	CAÇAMBÃO	MYF2677	DIESEL COMUM	Próprio
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	CAÇAMBÃO	RQB6D58	DIESEL S10	Próprio
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	PA CARREGADEIRA	LW300KV	DIESEL S10	Próprio
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	PATROL 1	GR18031	DIESEL S10	Próprio
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	PATROL 2	GR18032	DIESEL S10	Próprio
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	PC JCB	JCB3030	DIESEL S10	Próprio
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	PIPA	RUQ3D00	DIESEL S10	Próprio
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	PIPA	RUR8D49	DIESEL S10	Próprio
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	RETRO 1	XC87BR1	DIESEL S10	Próprio
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	RETRO 2	XC87BR2	DIESEL S10	Próprio
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	ROLO VIBRATÓRIO XS123PDIIBR	XS123PD	DIESEL S10	Próprio
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	MOTO BOMBA	BOMRUQ3D00	DIESEL COMUM	Próprio
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	MOTO BOMBA	BOMRUR8D49	DIESEL COMUM	Próprio
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	MOTO BOMBA	BOMHVZ6A46	DIESEL COMUM	Próprio
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	MOTO BOMBA	BOMHW S9H41	DIESEL COMUM	Próprio
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	MOTO BOMBA	BOMJLQ7J38	DIESEL COMUM	Próprio
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	MOTO BOMBA	BOMKG W1371	DIESEL COMUM	Próprio
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	MOTO BOMBA	BOMKHQ4566	DIESEL COMUM	Próprio
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	MOTO BOMBA	BOMKKR0G98	DIESEL COMUM	Próprio
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	MOTO BOMBA	BOMKKV3958	DIESEL COMUM	Próprio
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	MOTO BOMBA	BOMMYL2218	DIESEL COMUM	Próprio



MOSSORÓ
PREFEITURA

Processo Nº:10.000180/2026-09

Folha Nº:

Assinatura:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	MOTO BOMBA	BOMOJX 6777	DIESEL COMUM	Próprio
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	MOTO BOMBA	BOMJKW 8180	DIESEL COMUM	Próprio
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	GERADOR	GERADO R2022	DIESEL	Próprio
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	SPIN	SIE2G90	GASOLINA/ ETANOL	Locado
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	SAVEIRO TRENDLINE 1.6	TST5D26	GASOLINA/ ETANOL	Locado
INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ	I/ SUZUKI G. VITARA 2WD 5P	OWB183 7	GASOLINA	Próprio
INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ	I/ CAOACHERY TIGGO8 PHEV	RQA2G4 6	GASOLINA	Próprio
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	ARGO	THN5I33	-	-
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	SPIN	RIJ0F57	-	-
SECRETARIA MUNICIPAL DE PROGRAMA E PROJETOS ESTRATEGICOS	TOYOTA HILUX CDLOWA 4 SD	TST7D06	DIESEL	Locado
SECRETARIA MUNICIPAL DE PROGRAMA E PROJETOS ESTRATEGICOS	VOLKWAGEM POLLO	TST9657	GASOLINA	Locado
AGENCIA REGULADORA	Chevrolet Spin	OJW9J62	GASOLINA	Locado
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS	PICK-UP/NISSAN/FRONTIER	JIL1E81	*	Próprio
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS	CAÇAMBA/VOLKSWAG EN	MXS3646	*	Próprio
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS	IVECO/CAÇAMBA	SGN9H3 1	*	Próprio
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS	IVECO/CAÇAMBA	SGN8E18	*	Próprio
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS	PIPA/IVECO	RUQ3A8 8	*	Próprio
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS	PIPA/IVECO	RUQ3D4 0	*	Próprio
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS	PIPA/IVECO	RUQ3D1 3	*	Próprio

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS	CAMINHÃO/VOLKSWAG EM	RTX4B73	*	Próprio
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS	CAMINHÃO/VOLKSWAG EM	RTX4B56	*	Próprio
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS	PIPA/INTERNATIONAL	OVZ7692	*	Próprio
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS	PATROL/NEW HOLLAND	QJC1011	*	Próprio
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	S10/ CHEVROLET	RGK-2D03	DIESEL S10	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	S10/ CHEVROLET	OJY - 6189	DIESEL S10	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	TRAILBLAZER/CHEVROLET	RGH-1H44	DIESEL S10	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	TRITON/MITSUBISHI/	OJY - 1A16	DIESEL S10	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	OROCH/RENAULT	OJW-4E66	GASOLINA	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	STRADA/FIAT	RGN-7B57	GASOLINA	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	POLO / VOLKSWAGEN	SUG-5E61	GASOLINA	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	T-CROSS/VOLKSWAGEN	TSW-2G84	GASOLINA	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	SW4/TOYOTA	TSV-1D09	DIESEL S10	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS	I/Toyota Hilux CDLONA4SD	TST8E28	Diesel	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO	GOL	QQS2B02	GASOLINA	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO	GOL	SBUOJ65	GASOLINA	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO	ONIX	RGL4A98	GASOLINA	LOCADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO	SAVEIRO	OJY9G17	GASOLINA	LOCADO
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	FIAT	SBU0I53	GASOLINA	LOCADO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**ANEXO II – PLANILHA DE DETALHAMENTO DE CUSTOS**

TIPO DE COMBUSTÍVEL	VALOR UNITÁRIO (ANP EM ABR/26)	QUANTIDADE ESTIMADA PARA 12 MESES (LITROS) QUANTIDADE	SUBTOTAL
Gasolina Comum	R\$ 6,86	464.571,30	R\$ 3.186.959,12
Óleo Diesel S-10	R\$ 7,18	785.298,69	R\$ 5.638.444,58
Óleo Diesel S-500	R\$ 7,21	294.131,50	R\$ 2.120.688,12
Arla 32	R\$ 7,50	16.837,50	R\$ 126.281,25
TOTAL	*	*	R\$ 11.072.373,07

Valor do Arla 32: Com base em preços de contratações similares feitas pela Administração Pública por outros entes públicos.

TIPO DE COMBUSTÍVEL	VALOR UNITÁRIO (ANP EM ABR/26)	QUANTIDADE ESTIMADA PARA 12 MESES (LITROS) QUANTIDADE
Gasolina Comum	R\$ 6,86	464.571,30
Óleo Diesel S-10	R\$ 7,18	785.298,69
Óleo Diesel S-500	R\$ 7,21	294.131,50
Arla 32	R\$ 7,50	16.837,50

* Com base em preços de contratações similares feitas pela Administração Pública por outros entes públicos.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO III – RESUMO DOS VALORES GLOBAIS – VALOR ESTIMADO ANUAL

RESUMO DOS VALORES	VALOR ESTIMADO ANUAL
CONSUMO ESTIMADO – GASOLINA COMUM	R\$ 3.186.959,12
CONSUMO ESTIMADO – ÓLEO DIESEL S10	R\$ 5.638.444,58
CONSUMO ESTIMADO – ÓLEO DIESEL S500	R\$ 2.120.688,12
CONSUMO ESTIMADO – ARLA 32	R\$ 126.281,25
TOTAL	R\$ 11.072.373,07

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO IV – REDE CREDENCIADA MÍNIMA

CIDADES	QUANTIDADE DE POSTOS
Mossoró/RN	05
Natal/RN	03
Assú/RN	02
São Gonçalo do Amarante/RN	02
Lajes/RN	02
Apodi/RN	02
Caicó/RN	02
Pau dos Ferros/RN	02
Messias Targino/RN	02
Currais Novos/RN	02
Fortaleza/CE	03
Sobral/CE	02
João Pessoa/PB	02
Campina Grande/PB	02
Recife/PE	02
Caruaru/PE	02
São Luís/MA	02
Teresina/PI	02

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS****PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 07/2026-SEMAD+****PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10.000180/2026-09**

SESSÃO PÚBLICA: XX/XX/20XX, ÀS XXHXXMIN.

LOCAL: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE>

NOME DE FANTASIA:						
RAZÃO SOCIAL:						
CNPJ:						
INSC. EST.:						
OPTANTE PELO SIMPLES? SIM () NÃO()						
ENDEREÇO:						
BAIRRO:		CIDADE:				
CEP:		E-MAIL:				
TELEFONE:		FAX:				
CONTATO DA LICITANTE:		TELEFONE:				
BANCO DA LICITANTE:		CONTA BANCÁRIA DA LICITANTE:				
Nº DA AGÊNCIA:						
ITENS	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	PERCENTUAL DE DESCONTO (%)	VALOR TOTAL (R\$)
1.						
TOTAL POR EXTENSO:						

A EMPRESA: DECLARA QUE:

- 1 Estão inclusas no valor cotado todas as despesas com mão de obra e, bem como, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais e, ainda, os gastos com transporte e acondicionamento dos produtos em embalagens adequadas.
- 2 Validade da proposta: 90 (noventa) dias.
- 3 Prazo de início de fornecimento/execução dos serviços de acordo com o estabelecido no Termo de Referência (Anexo I) do edital desse processo.
- 4 Que **não possui** como sócio, gerente e diretores, servidores da **Prefeitura Municipal de Mossoró/RN**, e ainda cônjuge, companheiro ou parente até terceiro grau.

LOCAL E DATA

CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA Nº XXX/2026 DE REGISTRO DE PREÇO

A **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº CNPJ 44.736.234/0001-77, com sede na Avenida Contabilista Fernando Vitor de Melo, 1521, Dix-Sept Rosado, Mossoró/RN, neste ato representado(a) pelo Secretário(a) LUANA LORENA DE SOUZA LIMA, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para REGISTRO DE PREÇOS nº **XX/202X-SEMAD+**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar Municipal nº 190/2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO:

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para a eventual e futura Futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviço de gestão de abastecimento de combustíveis (gasolina comum, óleo diesel S10, óleo diesel S500 e ARLA 32), através de rede de postos credenciados, por intermédio de sistema informatizado e integrado, com utilização de cartão eletrônico/magnético, para atender à frota de veículos das Secretarias Municipais do Município de Mossoró/RN, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência., especificados(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo do Edital de Licitação nº 07/2026 SEMAD, que é parte integrante desta Ata, assim com as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor: xxxxxxxxxxxxxx						
CNPJ: xxxxxxxxxxxxxx		Telefone: xxxxxxxxxxxx			Email: xxxxxxxxxxxx	
Endereço: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx						
Representante: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx						
Item	Descrição	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit. (R\$)	Desconto (%)	Vlr. Total(R\$)

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Valor Total: R\$ xxxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxx)

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata, quando for o caso.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1 O órgão gerenciador será a **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**.

3.2 Além do órgão gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos participantes	Unidade	Quantidade

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

4.1 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- 4.1.1** apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- 4.1.2** demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021, exceto nos casos previstos no art. 17, §5º da Lei Municipal 190 de 2023; e
- 4.1.3** consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3 Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4 O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

4.5 O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.8 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5 VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO DE RESERVA

5.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da última assinatura eletrônica, ou em caso de assinatura manuscrita, da data da homologação, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2 No ato da prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, indicando expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

5.3 Excepcionalmente, caso as quantidades registradas se esgotem antes do término da vigência original e comprovada a vantajosidade, poderá ser antecipada a prorrogação da ata, limitada a uma única vez por período igual ao inicialmente pactuado.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

- 5.4 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.4.1 O instrumento contratual de que trata o item 5.1.1 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 5.5 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.6 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 5.6.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;
- 5.6.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que: Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 5.6.2.1 Mantiverem sua proposta original.
- 5.6.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.7 O registro a que se refere o item 5.6.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.8 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.9 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.6.2.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.9.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta*; e
- 5.9.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 5.10 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

- 5.11 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.11.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.12 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 5.13 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.9 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 5.14 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.6.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital ou do aviso de contratação direta*, poderá:
- 5.14.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 5.14.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 5.15 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6 ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 6.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7 NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

- 7.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
- 7.2.2 Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
- 7.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.9.
- 7.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
- 7.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
- 7.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8 REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 8.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
- 8.2 O remanejamento somente poderá ser feito:
 - 8.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
 - 8.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

- 8.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
- 8.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
- 8.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
- 8.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
- 8.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9 CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 9.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
- 9.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
 - 9.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
 - 9.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462/ 2023, bem como no artigo 23, § 2º, do Decreto Municipal nº 7.539, de 2026; ou
 - 9.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 9.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

- 9.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 9.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 9.4.1 Por razão de interesse público;
 - 9.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
 - 9.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462/2023 e nos artigos 22, § 3º e 23, § 4º, ambos do Decreto Municipal nº 7.539, de 2026.

10 DAS PENALIDADES

- 10.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.
- 10.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
- 10.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462/ 2023; art. 5º, inc. XIII e XIV, do Decreto Municipal nº 7.539, de 2026), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023; art. 6º, inc. IX, do Decreto nº 7.539, de 2026).
- 10.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11 DAS CONDIÇÕES GERAIS

- 11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

11.2 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Mossoró – RN, xx de xxxxxx de 20XX.

LUANA LORENA DE SOUZA LIMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

FORNECEDOR

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE CONTRATO N.º XX/20XX, QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, E A EMPRESA XXXXXXXX, NOS TERMOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026-SEMAD.

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 44.736.234/0001-77, com sede na Rua Idalino Oliveira, neste ato representado(a) pelo Secretário(a) LUANA LORENA DE SOUZA LIMA, nomeado(a) pela Portaria nº xx de xxxxxx de xxxx.

CONTRATADO: _____, inscrito no CNPJ sob o n.º _____, estabelecido [inserir endereço completo], representado pelo seu [inserir cargo], Senhor (a) [inserir nome completo], portador (a) do CPF n.º _____, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por procuração/contrato social/estatuto social.

Os CONTRATANTES têm entre si justos e avençados, e celebram o presente contrato, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviço de gestão de abastecimento de combustíveis (gasolina comum, óleo diesel S10, óleo diesel S500 e ARLA 32), através de rede de postos credenciados, por intermédio de sistema informatizado e integrado, com utilização de cartão eletrônico/magnético, para atender à frota de veículos das Secretarias Municipais do Município de Mossoró/RN, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência., nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	DESCONTO (%)	VALOR TOTAL
1						

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

2						
3						
...						

1.3 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1 O Termo de Referência;
- 1.3.2 O Edital da Licitação;
- 1.3.3 A Proposta do contratado;
- 1.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data da última assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3 O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5 Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6 O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1 O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1 O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1 As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 São obrigações do Contratante:

8.2 Emitir a Nota de Empenho e os demais documentos necessários à formalização da contratação.

8.3 Receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital e no Contrato.

8.4 Proporcionar todas as condições necessárias para que a Contratada possa executar os serviços em conformidade com as disposições deste Termo de Referência, do Edital e do Contrato.

8.5 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais, com sua proposta e com a legislação vigente.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

- 8.6** Efetuar o pagamento à Contratada na forma e nos prazos previstos no Contrato, após a verificação do cumprimento das obrigações assumidas.
- 8.7** Acompanhar e fiscalizar a execução contratual por meio de gestor e fiscais formalmente designados, registrando as ocorrências verificadas e adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento do ajuste.
- 8.8** Aplicar as sanções administrativas e contratuais cabíveis, quando constatado o descumprimento das obrigações assumidas pela Contratada, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 8.9** Prestar à Contratada as informações e os esclarecimentos necessários à adequada execução dos serviços.
- 8.10** Comunicar formalmente à Contratada quaisquer irregularidades verificadas na execução do contrato, fixando prazo para a adoção das providências saneadoras, quando cabível.
- 8.11** Disponibilizar à Contratada as informações necessárias ao cadastramento dos veículos, máquinas, equipamentos e demais usuários autorizados no sistema de gerenciamento de abastecimento, bem como comunicar tempestivamente as alterações que se fizerem necessárias.
- 8.12** Zelar pela adequada utilização dos cartões magnéticos, eletrônicos ou outros dispositivos de identificação disponibilizados pela Contratada, comunicando imediatamente os casos de perda, extravio, furto, roubo ou necessidade de bloqueio ou substituição.
- 8.13** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1** São obrigações do Contratado:
- 9.2.** Executar os serviços objeto da contratação de acordo com os padrões de qualidade exigidos.
- 9.3.** Apresentar relatórios de controle da situação: despesas de abastecimento de cada um dos veículos participantes dos abastecimentos.
- 9.4.** Possuir softwares operacionais para processamento das informações nos cartões e terminais.
- 9.5.** Emitir cartões individuais eletrônicos que viabilizam o controle de informações de consumo.
- 9.6.** Informar dados atinentes aos custos de abastecimentos e à identificação dos veículos.
- 9.7.** Possuir processo de consolidação de dados, permitindo a concentração dos mesmos e a

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

emissão de relatórios consolidados das diversas bases operacionais numa base central de gerenciamento.

9.8. Informar a rede de postos de abastecimento, equipada para aceitar transações com os cartões dos usuários do sistema de acordo com as localidades previstas na tabela do Anexo IV deste Termo de Referência.

9.9. Possuir sistema tecnológico integrado que viabilize o pagamento dos abastecimentos, junto aos postos através de cartão eletrônico. Cada usuário deverá ter sua identificação validada através de senha, durante a execução de qualquer operação realizada na rede de estabelecimentos credenciados. O sistema deverá promover a otimização e homogeneização informatizada das operações de abastecimento com controle sobre todos os veículos. Permitindo também, controle de teto de abastecimento, limite de abastecimento individualizado por veículo, acompanhamento de consumo versus quilometragem percorrida e outras operações de controle veicular e de abastecimento que permitam a análise clara do consumo da frota.

9.10. A empresa deverá garantir que os preços cobrados na rede credenciada, para pagamento por meio do cartão, terão como limite o preço à vista cobrado no estabelecimento.

9.11. Sempre que necessário, a contratada deverá ampliar o número dos Postos cadastrados para atender requisitos mínimos de produtos e abrangência geográfica, conforme presente neste Termo de Referência.

9.12. Fornecer, as suas custas, os cartões eletrônicos necessários, desde que esses não ultrapassem a demanda anual estimada.

9.13. Executar fielmente o objeto contratado conforme as especificações, projetos e prazos estipulados.

9.14. Responder pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

9.15. Atender às determinações regulares do representante designado pela Contratante, bem assim as de autoridade superior.

9.16. Manter preposto, aceito pela Contratante, para representá-lo na execução do Contrato.

9.17. Comprovar, sempre que solicitado pela Contratante, a quitação das obrigações trabalhistas e tributárias.

9.18. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato.

9.19. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do Contrato.

9.20. Informar periodicamente as inclusões e/ou exclusões, sendo que deverá ser mantida a condição de existência de postos credenciados em todas as localidades consignadas na tabela do

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Anexo IV deste Termo de Referência.

9.21. Manter nos estabelecimentos credenciados, em local visível e de fácil identificação, o adesivo com seu logotipo.

9.22. Agilizar a imediata correção das falhas apontadas pela Contratante, concernentes à execução do Contrato.

9.23. Fiscalizar os estabelecimentos integrantes de sua rede de credenciados, no sentido de se obter a prestação dos serviços objeto deste contrato num elevado padrão de qualidade, descredenciando aqueles que não atenderem aos padrões mínimos.

9.24. A Contratada deverá oferecer e utilizar-se dos recursos por meios necessários e suficientes, para supervisionar e fiscalizar as irregularidades e correções dos abastecimentos, assegurando que todo combustível registrado pela bomba seja colocado no veículo indicado, e que, não sejam abastecidos veículos que não foram cadastrados na frota da Contratante, e o abastecimento deverá ser executado com o combustível autorizado.

9.25. Em caso de impossibilidade de existência de posto credenciado em alguma localidade, a Contratada deverá justificar por escrito e providenciar o credenciamento de posto mais próximo possível da cidade.

9.26. Comunicar à Contratante, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

9.27. A Contratada não poderá, sob hipótese alguma, subcontratar os serviços objeto deste certame.

9.28. Caberá à Contratante acatar possível alteração subjetiva dos contratos administrativos, decorrente de fusão, cisão ou incorporação da empresa Contratada, desde que não traga qualquer prejuízo à execução do contrato e observe o interesse público.

9.29. Responder pelas despesas relativas a materiais, equipamentos, transporte, guarda e distribuição dos cartões eletrônicos, encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não tem nenhum vínculo empregatício com a Contratante.

9.30. Reembolsar, pontualmente, os estabelecimentos comerciais pelo valor do consumo dos cartões eletrônicos, durante o seu período de validade, independentemente da vigência do contrato, ficando claro que a Contratante não responde solidária ou subsidiariamente por esse reembolso, que é de inteira responsabilidade da Contratada.

9.31. O valor mensal de consumo corresponderá rigorosamente aos valores solicitados pela Contratante autorizados para abastecimento, sendo os valores estimados quando da apresentação

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

da proposta apenas uma referência para a contratação.

9.32. A rede credenciada deverá ser aquela informada pela Contratada na sua proposta, e, na ocorrência de alteração na rede, cabe à Contratada o envio de comunicação por escrito à Contratante.

9.33. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à administração da Contratante, nem poderá onerar o objeto deste termo, razão pela qual a Contratada renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Contratante.

9.34. É proibida a veiculação de publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização da Contratante. A Contratada é obrigada a reparar, corrigir, ou substituir, as suas expensas no total ou em parte, os cartões eletrônicos que se verifiquem defeitos ou incorreções resultantes de sua impressão.

9.35. A Contratada obriga-se a cancelar imediatamente os cartões após a comunicação formal da Contratante, ou permitir que essa faça mediante terminal de acesso/controlado disponibilizando.

9.36. Durante toda a vigência do contrato a Contratada deverá manter a regularidade fiscal federal e trabalhista.

9.37. A Contratada deverá observar a legislação ambiental vigente e os princípios do desenvolvimento nacional sustentável previstos na Lei nº 14.133/2021, adotando medidas destinadas à mitigação de impactos ambientais decorrentes da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORMALIZAÇÃO CONTRATUAL E GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante vencedor será convocado para assinar o Termo de Contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.2 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.2.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.2.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.3 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.3.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.3.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.3.3 Indenizações e multas.

13.4 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.5 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Unidade Gestora deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

14.1.1 Gestão/Unidade:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

14.1.2 Fonte de Recursos:

14.1.3 Programa de Trabalho:

14.1.4 Elemento de Despesa:

14.1.5 Plano Interno:

14.1.6 Nota de Empenho:

14.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, Lei Municipal 190 de 2023, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES:

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela Lei Complementar Municipal nº 190, de 2023, e pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Mossoró - Estado do Rio Grande do Norte para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

18.2 Pelas partes é dito que aceitam o presente instrumento em todos os seus termos. E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento, decorrente do Pregão Eletrônico nº 07/2026 SEMAD, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito.

Mossoró/RN, XX de XXXXXXX de 20XX.

LUANA LORENA DE SOUZA LIMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME:

NOME:

CPF:

CPF: